



PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇO FUNDO MINAS GERAIS

www.pocofundo.mg.gov.br / Tel. (35) 3283-1234
Praça Tancredo Neves, 3000, Centro, Poço Fundo - MG, CEP 37757-000

Conhecimentos Específicos

1. Segundo a Lei Orgânica do Município de Poço Fundo - MG, a criação, organização e supressão de distritos no município deve observar:
 - a) Somente a Constituição Federal.
 - b) Apenas a legislação municipal, sem necessidade de outras autorizações.
 - c) A legislação estadual, a consulta plebiscitária e os critérios previstos na própria Lei Orgânica.
 - d) Um decreto do Prefeito Municipal, sem necessidade de aprovação da Câmara.

2. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Poço Fundo - MG, o Governo Municipal é constituído por quais poderes?
 - a) Executivo, Legislativo e Judiciário.
 - b) Executivo e Legislativo.
 - c) Legislativo e Judiciário.
 - d) Apenas o Executivo.

3. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Poço Fundo - MG, qual dos seguintes é um dos objetivos prioritários do Município?
 - a) Garantir a soberania do Estado de Minas Gerais sobre o Município.
 - b) Promover o bem de todos, sem distinção de origem, raça, sexo, cor, credo religioso, idade ou qualquer outra forma de discriminação.
 - c) Transferir a responsabilidade pela educação e saúde pública para a União.
 - d) Impedir a participação popular nos processos administrativos municipais.

4. Conforme a Lei nº 14.133/2021, quando a Administração pode revogar uma licitação?
 - a) Apenas quando houver irregularidades na habilitação dos licitantes.
 - b) Quando houver razões de interesse público devidamente justificadas.
 - c) Somente se for constatado erro material no edital.
 - d) Se a empresa vencedora não aceitar reduzir o valor da proposta.

5. A desapropriação é um instrumento utilizado pelo Poder Público para:
 - a) Transferir gratuitamente bens públicos para particulares.
 - b) Retirar a posse de um imóvel irregular sem necessidade de indenização.
 - c) Adquirir bens particulares para utilidade pública ou interesse social, mediante justa e prévia indenização.
 - d) Permitir que particulares utilizem bens públicos para exploração econômica exclusiva.

6. Conforme a Lei nº 8.429/1992, alterada pela Lei nº 14.230/2021, qual é o prazo prescricional para a ação de improbidade administrativa?
 - a) 5 anos a partir da prática do ato.
 - b) 8 anos a partir da prática do ato.
 - c) 10 anos a partir do conhecimento do ato pelo Ministério Público.
 - d) 8 anos a partir do término do mandato, exercício do cargo ou da função pública.

7. (FCC) Em caso de omissão do Estado, a responsabilidade civil será:
 - a) Sempre objetiva, pois a administração pública responde por todos os danos.
 - b) Objetiva, salvo nos casos de força maior.

- c) Subjetiva, exigindo a comprovação de culpa administrativa.
- d) Nenhuma das alternativas está correta.

8.(CESPE) A responsabilidade civil do Estado se estende às pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público. Nesse caso, a responsabilidade será:

- a) Objetiva para usuários do serviço e subjetiva para terceiros.
- b) Objetiva para todos os danos causados.
- c) Subjetiva, dependendo da comprovação de dolo ou culpa.
- d) Nenhuma das alternativas está correta.

9.(VUNESP) No caso de um agente público causar dano a terceiro no exercício de suas funções, a obrigação de indenizar recai inicialmente sobre:

- a) O agente público, exclusivamente.
- b) O Estado, podendo depois cobrar do agente em ação regressiva.
- c) O agente público e o Estado, de forma solidária.
- d) A vítima, que deverá provar a culpa do Estado antes de qualquer ação.

10.(FGV) No Brasil, a responsabilidade civil do Estado por atos administrativos lesivos a terceiros tem como fundamento principal:

- a) A teoria do risco integral.
- b) A teoria da culpa administrativa.
- c) A teoria do risco administrativo.
- d) A teoria do risco excepcional.